



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
25.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- ⑨ [EM QUE BICHO VOCÊ VOTA? – O Popular](#)
- ⑨ [LULA X BOLSONARO – O Popular](#)
- ⑨ [PERDA DE RECEITA É SÓ UM DOS DANOS DA GUERRA FISCAL – Folha de São Paulo](#)
- ⑨ [A EDUCAÇÃO CONTRA O DISCURSO DE ÓDIO – Folha de São Paulo](#)
- ⑨ [PREFEITURAS NEGLIGENCIAM FISCALIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR – Folha de São Paulo](#)
- ⑨ [MENSAGENS A DESEMBARGADOR SOBRE BARRA DE OURO REFORÇAM SUSPEITAS EM GABINETES DO STJ – Folha de São Paulo](#)
- ⑨ [O FIM DA DEFLAÇÃO DA PICANHA E A POLÍTICA DO PREÇO DA COMIDA EM ALTA – Folha de São Paulo](#)
- ⑨ [COMBATE À DESIGUALDADE TAMBÉM É RESPONSABILIDADE DO EMPRESARIADO, DIZ LUIZA TRAJANO – Folha de São Paulo](#)
- ⑨ [O DIREITO E O PODER – O Hoje](#)
- ⑨ [ESCÂNDALO DE VENDA DE SENTENÇAS ASSOMBRA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MS – Correio Braziliense](#)
- ⑨ [AS LIÇÕES DA ESCOLA ARGENTINA EM BAIRRO POBRE ELEITA UMA DAS MELHORES DO MUNDO – Correio Braziliense](#)
- ⑨ [TERRA DEVE CHEGAR AO FIM DO SÉCULO 3,1°C MAIS QUENTE – Correio Braziliense](#)
- ⑨ [TAXAÇÃO DE SUPER-RICOS É PRIORIDADE, DEFENDE HADDAD – Valor Econômico](#)
- ⑨ [VOLUME DE CASOS SOBRE FORNECIMENTO DE ENERGIA PELA ENEL CRESCE NA JUSTIÇA PAULISTA – Valor Econômico](#)
- ⑨ [STF VALIDA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE COOPERATIVAS MÉDICAS – Valor Econômico](#)
- ⑨ [POSSÍVEIS IMPACTOS PENAIIS DA REFORMA – Valor Econômico](#)
- ⑨ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 25.10.2024 – PÁG. 03

Em que bicho você vota?

Hamilton Carneiro

Nossa relação com os reinos animal, vegetal e mineral vem de milênios. Com o surgimento da agricultura, há cerca de 10 mil anos, diferentes animais, atraídos por fontes de alimento, se aproximaram do homem. Muitos eram abatidos, outros, domesticados, porque, vivos, eram de melhor serventia. Ao redor do mundo, lidamos com uma superpopulação de animais domésticos que acompanham o nosso crescimento. São cerca de 1,6 bilhão de cães e 500 milhões de gatos. Nossa convivência com eles vem de civilizações muito antigas. Passamos a humanizá-los e nos projetar neles. O contrário também se tornou verdadeiro.

Desde as organizações tribais, tomamos emprestadas as características animais para metaforizar nossos humores, qualidades e personalidades. Essa é, também, uma forma de reconhecimento e aprendizado adotada desde a nossa infância, até mesmo pela universalidade destes traços que são facilmente reconhecíveis no comportamento dos animais em qualquer lugar do mundo. No ano de 1492, o Rei Fernando II de Aragão e a Rainha Isabel I de Castela expulsaram da Espanha 60 mil judeus e mouros, que foram para Portugal. Já o Rei D. João I viu nesses imigrantes a oportunidade de agregar valores intelectuais, econômicos e científicos. Essa comunidade trouxe valiosos conhecimentos em medicina, farmácia, matemática e labores como sapataria, alfaiataria, tecelagem, ourivesaria.

Com a morte de D. João I, D. Manuel assumiu o trono e, numa aliança com o reino espanhol, decretou que todos os mouros e judeus se convertessem ao catolicismo ou fossem expulsos. Muitos se "converteram" e, disfarçadamente, acrescentaram aos seus prenomes valores naturais como árvores, animais e minérios: Pereira, Leão, Terra. Esses nomes protegeram os chamados cristãos novos e foram agregados à nossa cultura. Não faz muito tempo, assistimos a uma pesquisa qualitativa, pelo Instituto Verus, para identificar a performance dos candidatos a prefeito. A mediadora, socióloga ucraniana naturalizada argentina, Liliana Hertzriken, pediu aos participantes que associassem as figuras de animais (leão, raposa, tartaruga) aos candidatos.

Ao fugir de questionamentos que demandam explicações mais profundas e trazer os entrevistados para o plano da intuição e das impressões mais primitivas, conseguimos entender melhor suas reais percepções dos candidatos. De forma semelhante, o aclamado antropólogo Clotaire Rapaille percebeu que as pessoas pensam em animais soltos no campo quando imaginam carros off-road, o que influenciou a volta dos faróis circulares, lembrando os olhos de animais como o tigre e o cavalo. Essas associações estão em nossa mente desde a infância e nos ajudam a reconhecer personalidades, especialmente na política. Lobos e raposas, por exemplo, passaram a povoar as conversas informais sobre política, o que é um sintoma do sentimento antipolítico e do comportamento antissistêmico que cresceu nos últimos anos.



Nessa eleição, algumas pessoas se sentem entre águias e leões, mas está certo que querem alguém para atacar os problemas. Certamente, com visão e atitude. A verdade é que os eleitores estão buscando simplificar os políticos e a política, tornando-os tão compreensíveis quanto o reino animal, no qual percebemos quem é predador e quem é presa.

JORNAL – O POPULAR – 25.10.2024 – PÁG. 10

Lula x Bolsonaro

Eliane Cantanhêde



Quem procura acha. A Polícia Federal usou um aparelho israelense de última geração para encontrar o que sabia que encontraria no celular do ajudante de ordens do então presidente Jair Bolsonaro, o tenente coronel da ativa Mauro Cid: mais evidências e provas da tentativa de golpe, escondidas nas nuvens da internet. As que havia já eram suficientes, mas as novas, guardadas a sete chaves, reforçam o inquérito e complicam ainda mais os envolvidos.

Bolsonaro manteve as andanças e os atos pelo país, para segurar apoio popular, mas perde substância política, sai da eleição municipal com adversários consistentes dentro do seu próprio grupo e, além de inelegível, vai passar por poucas e boas na Justiça. O ministro Alexandre de Moraes, do STF, deu mais 60 dias para as investigações da PF, que depois serão analisadas pela PGR e, mais cedo ou mais tarde, vão parar no Supremo em 2025. Barbas de molho...

Na outra ponta, o tombo no banheiro, os pontos e o início de hemorragia cerebral livraram o presidente Lula tanto de saias justas e erros nos Brics como da reta final da eleição. Lula não vai para o último ato de campanha de Guilherme Boulos (PSOL) no sábado, nem vai votar em São Bernardo no domingo. É seu aniversário de 79 anos e ele não é mais obrigado a votar. Triste fim de Bolsonaro e Lula na campanha deste ano. O PL conseguiu se "infiltrar" no Nordeste lulista, mas o ex-presidente não tem mais o comando único do bolsonarismo. Ao insistir toda hora em dizer que será candidato em 2026, acusa o golpe. Inelegível, de cara com os julgamentos no STF? Muito difícil.

E Lula, grande ausente da eleição de 2024, como chegará a 2026, física, emocional, política e eleitoralmente? E o seu governo? Um sucesso, ou nem tanto? São apenas dois anos após uma eleição que expõe a debilidade da esquerda, deixou o PT em segundo plano dentro da própria esquerda, todos batendo cabeça. Entre tantas outras, uma grande diferença entre o atual e o antigo presidente, sob o ponto de vista político-eleitoral, é que o bolsonarismo continua forte, vai além do PL e do próprio Bolsonaro, atrai com mais facilidade o Centrão, ou "direitão", e tem alternativas a Bolsonaro.

Já o lulismo respira e se alimenta de Lula. E o PT sem ele? Se não for candidato em 2026 - o que divide opiniões, mas parece cada vez mais provável -, quem será o nome petista? Fernando Haddad, o mais óbvio, terá apoio dos partidos que têm ministérios no governo Lula, como PP, PSD, MDB...? E do próprio PT? Tudo isso reforça o recado das urnas de 2024: a polarização Lula x Bolsonaro foi intensa, mas parece ter vida curta.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.10.2024 – PÁG. A2

Perda de receita é só um dos danos da guerra fiscal

Pesquisa estima valor bilionário em renúncias em 2025; prática eleva tributos a outros setores e pode conter crescimento

Os estados vão abrir mão de arrecadar cerca de R\$ 267 bilhões em 2025, segundo estudo da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), entidade sindical dos servidores do setor, divulgado pela Folha. As renúncias equivaliam a cerca de um quinto das receitas estaduais em 2023, último ano para o qual há estimativa de carga tributária. A abdicção desse montante gigantesco é apenas um dos efeitos nefastos diretos de décadas de guerra fiscal —isto é, as iniciativas de governos de atrair ou manter empresas por meio da oferta de descontos de impostos ou de concessões similares. Contam-se vários outros danos.

Antes de mais nada, tais benefícios a setores específicos elevam a carga tributária de outras firmas ou pessoas físicas. Também é possível que o investimento que se pretendia atrair fosse realizado de qualquer maneira, mesmo sem o favor tributário. Ademais, a concessão favorece distorções. A desoneração pode induzir investimentos em setores, empresas ou regiões que não são os mais produtivos ou resultem em maior retorno total. Pode ser, pois, um fator de ineficiência e baixo crescimento. Por fim, a prática induz empresas a fazer lobby à procura de rendas e ganhos que não sejam oriundos da atividade econômica, além de incentivar uma negociação que propicia corrupção.

Esse tipo de renúncia deve acabar entre 2029 e 2033, com a implementação da reforma tributária. Carências regionais de investimentos podem ser compensadas por um fundo. Está previsto um aumento de eficiência, embora não se possa dizer que as gestões estaduais venham a ter expansão de receita equivalente a R\$ 267 bilhões. As estimativas de perda fiscal baseiam-se na hipótese de que os valores seriam arrecadados se houvesse tributação normal sobre operações agraciadas por desonerações. Mas a própria cobrança de imposto provoca mudanças no comportamento do contribuinte e, pois, na receita.

O governo federal, por exemplo, projeta que deixará de arrecadar quase R\$ 544 bilhões em 2025. Contudo não viria a reaver, sem mais, todos esses recursos caso ocorresse o cancelamento integral desses gastos tributários. De qualquer



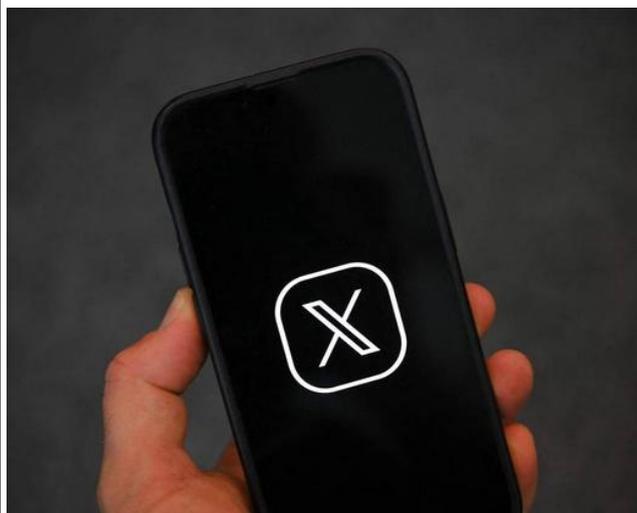
modo, a soma das estimativas de renúncia federal e estadual passa de R\$ 800 bilhões, cerca de 6,6% do PIB previsto para 2025. Pelo menos há uma ordem de grandeza de privilégios, de injustiças contra quem custeia os favores, das ineficiências e dos danos às contas públicas. A guerra fiscal já vai tarde.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.10.2024 – PÁG. A3

A educação contra o discurso de ódio

Ignorar essas postagens não resolve o problema, apenas cria uma sensação superficial de paz

Priscilla Bacalhau



Há alguns assuntos que dão vontade de fingir que não existem. O discurso de ódio é um deles. Será que não podemos simplesmente ignorar os comentários nas redes sociais que promovem discriminação, hostilidade ou violência? Pelo bem de nossa saúde mental, muitas vezes deletamos comentários ou bloqueamos usuários que incitam o ódio com base em raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, nacionalidade, deficiência ou outras características pessoais.

O discurso de ódio não ocorre só em ambientes digitais, mas foi bastante disseminado por meio das redes sociais, tratadas como terra de ninguém. Embora manifestações explícitas de violência sejam mais fáceis de identificar, o discurso de ódio também se manifesta em estereótipos, piadas depreciativas e humilhações. Dez minutos de passeio pelo X bastam para encontrar exemplos claros. Ignorar essas postagens não resolve o problema, apenas cria uma sensação superficial de paz. Na prática, o discurso de ódio, associado à propagação de fake news e teorias da conspiração, tem consequências graves e duradouras. Ele contribuiu para fenômenos como a ascensão da extrema direita, a negação científica durante a pandemia e o reforço de preconceitos, prejudicando ainda mais a inclusão social de grupos vulneráveis.

Crianças e adolescentes não estão imunes a isso —pelo contrário, são frequentemente protagonistas e alvos desses discursos. A exposição contínua ao ódio nas redes sociais aumenta o risco de que os jovens internalizem discursos discriminatórios e se tornem adultos intolerantes e violentos. Além dos impactos psicológicos, uma consequência tangível e trágica do discurso de ódio é o crescimento de ataques violentos a escolas, muitas vezes cometidos por alunos ou ex-alunos. Em muitos casos, os atos são praticados por jovens influenciados por conteúdos extremistas na internet, onde a desumanização de certos grupos e a normalização da violência como resposta a problemas são frequentes.

Combater o discurso de ódio é essencial, e a educação tem um papel central nesse esforço. A função social da escola vai além da instrução acadêmica e da preparação para avaliações. A escola, em conjunto com famílias e comunidades, precisa formar cidadãos críticos e éticos, capazes de contribuir para a construção de

uma sociedade justa e democrática. Em 2023, a Unesco publicou relatório sistematizando abordagens educacionais para combater o discurso de ódio.

As propostas são intersetoriais e envolvem um esforço coordenado. As estratégias incluem elaborar políticas com diretrizes claras para lidar com o discurso de ódio nas escolas e educação midiática no currículo, além de formação de professores. É essencial ensinar a distinguir fatos de fake news e ter uma postura crítica diante de conteúdos digitais e discursos nocivos. Apesar de alguns avanços recentes e de boas práticas espalhadas pelo Brasil, ainda carecemos de uma política nacional coordenada que oriente as escolas no enfrentamento ao discurso de ódio e à violência. Não podemos mais ignorar esse assunto. A educação é uma ferramenta poderosa para transformar realidades e construir uma sociedade mais justa, inclusiva e pacífica. A hora de agir é agora.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.10.2024 – PÁG. A4

Prefeituras negligenciam fiscalização do terceiro setor

São costumeiros os casos de falhas nas prestações de contas de organizações sociais; espera-se mais comprometimento dos novos prefeitos

Dimas Ramalho

Em meados da década de 1990, foram lançadas as bases da reforma do Estado brasileiro, marcado por ineficiências e excessiva burocratização. Em linhas gerais, esse projeto buscava adaptar e transferir os conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para a esfera pública, a fim de tentar aumentar a capacidade estatal de governar com eficácia e qualidade. Um dos elementos-chave dessa mudança de paradigma foi a inserção do terceiro setor no âmbito dos serviços públicos essenciais e não exclusivos, como saúde, educação, cultura e tecnologia. O modelo se expandiu rapidamente. Hoje, as organizações da sociedade civil atuam nos três níveis de governo e ocupam um espaço significativo nas mais diversas áreas.



Esse crescimento tornou a análise dos repasses públicos para as entidades do terceiro setor uma das atribuições mais relevantes dos Tribunais de Contas. Os valores envolvidos falam por si. Tomando apenas o estado de São Paulo, o governo estadual e as prefeituras —com exceção da capital— transferiram, em 2023, nada menos que R\$ 40,8 bilhões às organizações privadas sem fins lucrativos. A fiscalização dessas atividades, contudo, não cabe apenas aos Tribunais de Contas. Os municípios têm um papel tão ou mais importante a exercer, por meio do controle interno. Tal dever é consagrado em uma série de leis, da Constituição Federal ao Marco Regulatório do Terceiro Setor.



CLIPPING

DATA

25.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

7 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Em outras palavras, se um governante decide executar determinada política pública por meio do terceiro setor, ele tem a obrigação legal de criar instrumentos que garantam que os recursos serão aplicados conforme os termos pactuados. O que se observa no dia a dia do Tribunal de Contas do Estado São Paulo (TCE-SP), porém, é que muitas prefeituras têm, no mínimo, negligenciado essa obrigação. Embora os mecanismos de vigilância interna até existam no papel, com frequência servem apenas para inglês ver. Assim, a corte de Contas, que deveria ser o último elo da cadeia de controle e fiscalização, não raro se converte no único.

São costumeiros os casos de falhas nas prestações de contas das entidades. O resultado se vê nas reiteradas reprovações de parcerias, que terminam por gerar multas e até a devolução dos recursos. Entretanto, por mais que o tribunal cumpra a sua função, quando se atinge esse ponto, o estrago muitas vezes já está feito. Os serviços essenciais que não foram prestados corretamente, a política pública que deveria ter sido implementada e não foi — nada disso pode ser reparado. Em 2022, uma operação conjunta do TCE-SP, do Ministério Público e do Ministério Público de Contas analisou 67 parcerias firmadas na área da saúde com municípios e o governo estadual, totalizando cerca de R\$ 6,7 bilhões. A fiscalização apontou problemas em nada menos que 60% delas, e recomendou a devolução de quase R\$ 70 milhões.

Nas sessões semanais do tribunal, nos deparamos com inúmeros casos em que gestores públicos emitem pareceres avalizando gastos impróprios, sem qualquer relação com o objeto da parceria, quando não imorais ou ilegais. Em processos relacionados a contratos de gestão de unidades de saúde, as auditorias frequentemente encontram pagamentos de serviços e horas extras que extrapolam os limites do tempo e do espaço.

Há também situações em que a administração pública simplesmente distorce a realidade. Recentemente, o TCE-SP foi induzido a erro por um parecer de uma prefeitura, que afirmou não ter recebido a prestação de contas da entidade contratada. Isso gerou sanções que depois tiveram de ser anuladas em ação de revisão, para que não se penalizasse a organização social injustamente. A lista de problemas poderia se prolongar. Já está mais do que na hora de mudarmos esse estado de coisas. Para isso, é crucial que os prefeitos que assumirão no ano que vem estejam mais comprometidos com o dever de fiscalizar as entidades do terceiro setor, como determina a lei. A população e os cofres públicos agradecem.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.10.2024 – PÁG. A16

Mensagens a desembargador sobre barra de ouro reforçam suspeitas em gabinetes do STJ

Documento do CNJ indica possível pagamento a parentes de magistrado afastado; defesa diz que esclareceu questionamentos do órgão

José Marques

As investigações que apuram suspeitas de venda de decisões em gabinetes do STJ (Superior Tribunal de Justiça) têm como principais indícios irregularidades encontradas no Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Trocas de mensagens entre o desembargador Sebastião Moraes Filho e o advogado Roberto Zampieri, assassinado no fim do ano passado, levantaram suspeitas de que houve pagamentos ao magistrado e aos seus familiares em troca de decisões judiciais favoráveis. Sebastião e o desembargador João Ferreira Filho, também do TJ-MT, foram afastados em agosto pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A Folha teve acesso aos documentos sob sigilo que fundamentaram essa decisão.



Atualmente as investigações relacionadas ao caso estão sob responsabilidade do ministro Cristiano Zanin, no STF (Supremo Tribunal Federal), porque houve menção a integrante do STJ. As mensagens que estavam no celular de Zampieri foram extraídas pela Polícia Civil de Mato Grosso e analisadas pelo CNJ por ordem do então corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão. Ao determinar o seu afastamento, Salomão listou que há suspeitas de que o desembargador mato-grossense ganhou duas barras de ouro de 400 gramas e que sua sobrinha recebeu R\$ 10 mil do advogado. Além disso, há indício de que uma empresa privada contratou e fez pagamento

de R\$ 200 mil ao filho do desembargador para conseguir vencer processo. Procurada, a defesa do magistrado diz que esclareceu os questionamentos do CNJ nos autos.

A troca de mensagens entre Zampieri e Sebastião —786, entre 14 de junho e 5 de dezembro de 2023— levaram o CNJ a entender que havia uma relação de amizade íntima entre os dois, o que em si já tornaria o magistrado suspeito. Além de fazer pedidos sobre os seus casos, o advogado também teria intermediado venda de decisões em benefício de outros advogados —um deles é Andreson de Oliveira Gonçalves, suspeito de atuar junto a gabinetes do STJ, como mostrou reportagem da revista Veja. Os indícios de que Zampieri comprava decisões de Sebastião começaram em setembro do ano passado. À época, diz análise do CNJ, o desembargador procurava o advogado "com alguma insistência". As respostas, diz o documento, "podem, com boa probabilidade, indicar o recebimento de vantagens indevidas pelo magistrado".

O defensor diz "o Pix está errado, estornou o valor", por exemplo. "Tente mandar o Pix correto que faço agora", afirma ao desembargador. Cinco dias depois, diz que "o pagto da sobrinha foi feito". Ele junta um comprovante de transferência bancária no valor de R\$ 10 mil em benefício da sobrinha de Sebastião e pede o adiamento de um julgamento. Em outubro, Zampieri manda uma mensagem a Sebastião informando que



CLIPPING

DATA

25.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

9 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

havia conseguido "um contrato muito bom para o Mauro". E continua: "O senhor vai ficar feliz com o contrato que consegui para ele". Mauro, segundo o CNJ, é o advogado Mauro Thadeu Prado de Moraes, filho do desembargador. "Tal relação, mais uma vez, sugere que havia troca de benefícios entre o advogado Roberto Zampieri e o desembargador e sua família", diz o documento.

"Aqui se faz necessário um parêntesis: nos diálogos estabelecidos entre o falecido Roberto Zampieri e o contato gravado como 'Valdoir Fource', há clara referência ao recebimento de vantagens indevidas pelo filho do desembargador Sebastião, em razão de este ter atendido Zampieri no julgamento de um recurso." No dia 7 de novembro, aponta o documento, Valdoir procurou Zampieri para acertar valores, e o advogado diz que teve que pagar R\$ 200 mil "ao filho do velho". Valdoir, de acordo com as investigações, é Valdoir Slapak. Ele e Haroldo Augusto Filho, seu sócio em uma empresa de consultoria chamada Fource, são citados no relatório do CNJ como interlocutores de Zampieri. A Fource é uma empresa de gestão patrimonial e atuou na recuperação judicial bilionária de empresas do agronegócio. Uma dessas empresas estava envolvida em outra operação sobre venda de decisões judiciais, a Faroeste, que prendeu desembargadores da cúpula do Tribunal de Justiça da Bahia.

Em novembro do ano passado, Sebastião mandou a Zampieri no WhatsApp a figurinha de um homem chateado, "aparentando estar descontente com o advogado". "Pelo teor da conversa, é possível inferir que o magistrado esperou o advogado no tribunal e este não compareceu, motivo por que combinaram de se encontrar na segunda-feira", relata o documento do CNJ. "Ao final do diálogo, Roberto Zampieri mostra aparentemente duas barras de ouro ao desembargador Sebastião de Moraes Filho, que indaga se têm 500 g", continua o órgão. Zampieri responde que são 400 gramas. O advogado foi assassinado com dez tiros em dezembro passado. Na ocasião, ele estava dentro do carro, em frente ao seu escritório em Cuiabá.

Em seu celular, havia mensagens que levantaram as suspeitas de vendas de decisões por gabinetes de quatro ministros do STJ. As investigações iniciais apontavam como uma das motivações processos de disputas de terras que tramitam no Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Depois da morte, o magistrado mandou uma mensagem dizendo que Zampieri "ganhava e perdia nos meus votos e sempre mostrava ser um advogado consciente". O CNJ interpretou essa declaração como uma tentativa de "plantar informações em seu favor" após o homicídio. Procurados, os representantes do desembargador disseram "que todos os questionamentos feitos pelo CNJ em procedimento que tramita sob sigilo já foram devidamente elucidados nos autos, local onde serão apresentadas as suas manifestações".

Os sócios da Fource disseram, em nota, que "repudiam avaliações precipitadas com base em mensagens descontextualizadas". Eles afirmam que "nunca foram parte nos processos discutidos na ocasião e mantinham acompanhamento deles tão somente para avaliação como meio de investimento em aquisição de ativos estressados". "[Os sócios] não contrataram o advogado Roberto Zampieri para atuar nas causas em questão e nunca tiveram qualquer contato com o filho do desembargador envolvido ou mesmo com o próprio magistrado. Por fim, afirmam que sempre atuaram dentro da mais absoluta lisura e transparência, colocando-se desde já à inteira disposição da Justiça para o mais célere esclarecimento." A defesa de Anderson não se manifestou.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.10.2024 – PÁG. A19

O fim da deflação da picanha e a política do preço da comida em alta

Alta anual dos alimentos passa de 7%, que incomoda; mas pode chover e vir safra recorde

Vinicius Torres Freire

A inflação anual da picanha foi quase sempre negativa de janeiro de 2023 até setembro deste 2024. Isto é, o preço do corte de carne mais politizado do Brasil caía, se considerada a variação em 12 meses. Em abril, a picanha estava em média 11% mais barata do que no abril de 2023. A baixas pelo menos compensava parte dos aumentos pavorosos de 2021 (com altas anuais de mais de 30%). O preço médio das carnes agora aumenta ao ritmo de 5,1% ao ano, na medida do IPCA-15 do IBGE (o da picanha, 4,1%). Contribuiu para o aumento da inflação dos alimentos que a gente leva para a casa, que agora está em 7% ao ano, na medida do mesmo IPCA-15, divulgado nesta quinta-feira (24), que mede a inflação média entre meados de um mês e meados do mês seguinte, outubro, neste caso. No ano passado, o preço médio da comida caía 0,52%. E daí? Inflação de alimentos a 6% ao ano costuma incomodar a opinião pública. Quando chega aos 10%, há irritação geral, com impacto na popularidade do governo.



A inflação geral média está em 4,5% ao ano, até baixa, para padrões brasileiros, mas no limite da meta que o Banco Central deve cumprir. Não há sinal de preços desembestados, mas a situação é desconfortável. Segundo entendidos, o preço da carne sobe porque a demanda no mundo e aqui está forte, porque está interessante exportar também por causa do dólar caro, porque a seca prejudicou os rebanhos e houve queda no número de abates. Desde setembro, o preço da carne no atacado sobe. A seca prejudicou ainda a oferta de outras comidas. O dólar beliscando os R\$ 5,70 pode fazer mais estragos —pode haver mais repasse represado de custos. O aumento da média dos salários coloca mais pressão nos preços.

Por outro lado, a previsão da Conab é de nova safra recorde de grãos na temporada 2024-25. Pode ser que chova de modo decente e disseminado pelo país. Um motivo óbvio de preocupação é o dólar. Além de todas as encrencas na economia mundial (ritmo de queda dos juros nos Estados Unidos, risco Trump, ritmo da economia chinesa), o fluxo de capital para o país não anda bem e, mais importante de tudo, a desconfiança no futuro dos déficits e da dívida do governo estressa as condições financeiras. Juros de mercado continuam na órbita marciana, embora talvez no pico do pior. O preço do dólar é outro sintoma do mal-estar, da crise de confiança.

O político médio ou quase qualquer cidadão não presta atenção à curva de juros, que sobe —não sabe, não quer saber e frequentemente tem raiva de quem sabe. Dólar a R\$ 6 talvez viesse a impressionar o excelentíssimo senhor deputado. Não estamos lá, mas os danos já são relevantes. Com dólar caro, a política monetária (juros do Banco Central) tem problemas. A Selic vai aumentar mais. Em tese, isso resfria a economia e contém preços. Só é bom se for ruim. Não precisamos desse estresse na curva de juros, no dólar,

na Selic ou na picanha —principalmente no pão dos mais pobres. Quase qualquer pessoa adulta, sensata e dada à aritmética econômica, inclusive muitas daquelas adeptas deste governo federal, esperam que Lula ponha a mão na consciência, apesar das evidentes sabotagens de parte do governo contra Fernando Haddad e Simone Tebet. Esperam que, terminada a eleição municipal, se apresente algum plano decente a fim de dar sobrevida ao arcabouço fiscal e vida longa à picanha.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.10.2024 – PÁG. A23

Combate à desigualdade também é responsabilidade do empresariado, diz Luiza Trajano

Presidente do conselho do Magalu defende participação do setor privado na criação de oportunidade para a população

Stefanie Rigamonti

A empresária Luiza Helena Trajano, presidente do conselho de administração do Magazine Luiza, disse nesta quinta-feira (24) a uma plateia de empresários que combater a desigualdade e a fome é responsabilidade não apenas dos governos, mas também do setor privado. A fala aconteceu no B20 Summit



Brasil 2024, durante painel que discutiu a importância de se investir no desenvolvimento do capital humano. O evento acontece em São Paulo até esta sexta (25) e reúne empresários do grupo de países que compõem o G20.

"A fome, a desigualdade, não é uma responsabilidade só do governo. É uma responsabilidade de todos nós que estamos nesta sala", disse Trajano. A empresária criticou a falta de oportunidade nas empresas e defendeu a participação do setor privado na formação e atualização dos profissionais. Ela citou como exemplo a mudança que aconteceu no

Magalu com a digitalização da empresa. Segundo ela, havia uma equipe grande que antes vendia crediário para os clientes nas lojas físicas. O aumento das compras no ambiente digital, porém, eliminou uma equipe inteira de pós-venda. Em compensação, a digitalização gerou a necessidade de deslocar essas pessoas para os centros de distribuição que agilizaram as entregas dos produtos.

Por isso, para Trajano, não há necessidade de demitir os funcionários mesmo com o fim de certas funções, já que é possível, por meio de treinamento, realocar as pessoas de uma posição antiga para uma nova área. "Nós temos que dizer que não vai ter desemprego", disse. "Essa mudança é muito importante e exige aumento de nível de consciência, exige treinamento, exige a participação do CEO, do presidente da empresa, do governo", completou. Trajano afirmou que o empresariado precisa se conscientizar de que o mundo atual não é o mesmo de antigamente e o consumidor tem novas demandas. Além de demandar preço baixo, as pessoas que compram pela internet também querem velocidade.

"Dez anos atrás eu nunca pensava nisso, que você falava em 30 dias para entregar. Hoje você tem que falar em uma hora", disse. O B20 Summit Brasil 2024 discute assuntos relacionados ao combate à fome e à

pobreza, soluções para emergências climáticas e governança internacional. Antes do evento, empresários de diversos setores que fazem parte do G20 assinaram um documento com recomendações ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

JORNAL – O HOJE – 25.10.2024 – PÁG. 03

O Direito e o Poder

Ives Gandra da Silva Martins

Em meus livros "Uma Breve Teoria sobre o Constitucionalismo" (Ed. Magister) e "Uma Breve Teoria do Poder" (Ed. Resistência Cultural), procurei esclarecer minha concepção de que as teorias jurídicas sobre o Direito e o Poder são meras formulações acadêmicas, que os governantes aceitam ou não, conforme a imposição de sua vontade, sendo o querer do povo relevante nas democracias, mas nem por isto o mais forte, e inexistente nas ditaduras.

As teorias jurídicas sobre o Direito e aquelas sobre o poder são sempre decorrentes da observação do exercício dos que assumem o poder ou aplicam a lei, os quais normalmente não estão preocupados com teorias, a não ser quando são obrigados a respeitá-las. Em sua perspectiva do poder, não poucas vezes, adotam a interpretação que lhes seja mais conveniente, mesmo que não a melhor, se não encontram oposição suficiente. Esta realidade torna a reflexão acadêmica sobre o Direito e o poder atividade prazerosa, o mais das vezes, entretanto, sem utilidade maior.

Por esta razão, os grandes doutrinadores sobre o Direito e o poder são lembrados por suas teorias, poucos sendo aqueles que se notabilizam pela aplicação das mesmas. Alguns não foram tão bem sucedidos como Pitágoras em Crotona ou Aristóteles, ao ver seu discípulo Alexandre não seguir suas lições, assim como, no campo do Direito, a época do governo dos juízes foi o pior período da história de Israel. À evidência, se os políticos e os magistrados, no mundo inteiro, nem sempre primaram pela melhor conduta, não sendo poucas as histórias pitorescas sobre seu comportamento menos ético, quando não trágicas na aplicação de sentenças cruéis, guerras ou perseguições dramáticas, que marcaram o evoluir da humanidade, nem por isto deixou de haver estadistas e símbolos da magistratura, tendo eu o privilégio de ter convivido com um destes juízes exemplares para o mundo: José Carlos Moreira Alves, no Brasil, além de ter conhecido pessoalmente, nos Estados Unidos, o grande Antonin Scalia.



O certo é que o mundo passa por um período de escassez de grandes políticos, tendo algumas vezes os magistrados assumido mais o papel de políticos do que de julgadores e aplicadores da lei que não poderiam ou deveriam elaborar. Em relação aos políticos, o baixo nível de conhecimento de teorias políticas, por falta de leitura dos clássicos, talvez seja um dos fatores desta reincidência permanente dos erros históricos que, através dos tempos, tem praticado. No Brasil, por exemplo, não se discute o carisma do presidente Lula,

mas, não obstante o grande número de doutoramentos "honoris causa" que possuí, a leitura dos clássicos nunca parece ter sido sua maior especialidade.

Na Suprema Corte, apesar da qualidade intelectual de seus ministros, apenas três dos 11 vieram da magistratura. Os demais passaram a ser magistrados quando escolhidos por seu único eleitor: o presidente da República. Como participei de três bancas de exame para a magistratura, tendo examinado em torno de sete mil candidatos para escolha, na soma dos três concursos (dois da magistratura federal e um da estadual), de menos de 100 magistrados, sei o quanto é difícil ser um juiz de primeira instância no Brasil.

Por isto, volto à proposta feita a constituintes, de que o ideal seria, para a escolha de magistrados do Supremo Tribunal, que o Conselho Federal da Ordem indicasse seis nomes, o Conselho do Ministério Público seis e os três tribunais superiores (STF, STJ e TST) outros seis. O presidente escolheria um entre os 18 nomes indicados pela cúpula das três instituições e, necessariamente, oito dos ministros viriam da magistratura e três, alternadamente, do Ministério Público e da advocacia, preservando-se o denominado "quinto constitucional", não tão quinto assim. Enfim, são algumas considerações sobre Direito e poder para meus leitores.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 25.10.2024 – PÁG. POLÍTICA

Escândalo de venda de sentenças assombra Tribunal de Justiça de MS

Cinco desembargadores são afastados por suspeita de envolvimento no suposto esquema e terão de usar tornozeleira eletrônica. Com um magistrado aposentado, agentes apreenderam R\$ 3 milhões

Renato Souza



Cinco desembargadores do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJ-MS) foram afastados dos cargos, por 180 dias, sob suspeita de venda de sentenças e corrupção. Eles foram alvos da Operação Última Ratio, deflagrada nesta quinta-feira pela Polícia Federal, que investiga um esquema de lavagem de dinheiro, extorsão, falsificação e organização criminosa. Os desembargadores afastados são Sérgio Fernandes Martins, presidente do TJ-MS; Vladimir Abreu da Silva; Alexandre Aguiar Bastos; Sideni Soncini Pimentel; e Marcos José de Brito Rodrigues. Eles não quiseram se manifestar sobre o caso.

A suspensão deles dos cargos foi autorizada pelo ministro Francisco Falcão, relator do caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Corte também avalizou o cumprimento de 44 mandados de busca e apreensão. Além dos magistrados, foram alvo das diligências nove advogados, servidores públicos e empresários. Falcão decidiu que todos os investigados terão de usar tornozeleira eletrônica e os proibiu de acessarem o tribunal e se comunicarem entre eles. As buscas ocorreram em Campo Grande, Brasília, São Paulo e Cuiabá.

As ações tiveram o apoio da Receita Federal e é um desdobramento da Operação Mineração de Ouro, deflagrada em 2021.

Corte se manifesta

Em nota, o TJ-MS disse que as determinações estão sendo regularmente cumpridas, sem prejuízo a quaisquer dos serviços judiciais prestados à população e que “não afetam de modo algum os demais membros e componentes da Justiça sul-mato-grossense”. “Os investigados terão certamente todo o direito de defesa, e os fatos ainda estão sob investigação, não havendo, por enquanto, qualquer juízo de culpa definitivo. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul seguirá desenvolvendo seu papel de prestação jurisdicional célere e eficaz, convencido de que, aos desembargadores, magistrado e servidores referidos, será garantido o devido processo legal”, destacou o tribunal.

Durante as buscas, os agentes apreenderam quase R\$ 3 milhões na casa do desembargador aposentado Júlio Roberto Siqueira Cardoso. Os valores foram encontrados em espécie, em notas de R\$ 50, R\$ 100, R\$ 200 e em dólar. Também foram recolhidos documentos, computadores, celulares e arquivos de informática. Cardoso se aposentou do TJ-MS neste ano, depois de uma carreira de 40 anos na magistratura. Em outros endereços, foram apreendidas armas, como pistolas, revólveres e espingardas, de acordo com informações da Polícia Federal.

As investigações apontam que filhos dos magistrados, em sua maioria advogados, eram usados para mascarar o caminho do dinheiro pago em propina no esquema de venda de sentenças. Os escritórios de advocacia eram utilizados, de acordo com as investigações, para lavar dinheiro. “Em sua maioria, advogados e sócios de escritórios de advocacia utilizariam de suas pessoas jurídicas na intenção de burlar os mecanismos de rastreamento do fluxo de dinheiro”, aponta o trecho do relatório policial enviado ao Poder Judiciário para obter autorização de realização da operação.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 25.10.2024 – PÁG. MUNDO

As lições da escola argentina em bairro pobre eleita uma das melhores do mundo

A escola Maria de Guadalupe educa cerca de 700 crianças e adolescentes, e a maioria dos alunos é de origem bastante humilde.

Veronica Smink

Ele está localizado em um bairro humilde de uma das áreas com menos recursos da província de Buenos Aires, na Argentina, mas o modesto colégio María de Guadalupe acaba de ser eleito uma das cinco melhores escolas do mundo. A instituição privada, que educa cerca de 700 crianças e adolescentes — a maioria de famílias muito pobres —, no bairro de Las Tunas, no município de Tigre, ganhou o Prêmio Melhor Escola do Mundo (World's Best School Prizes) na categoria “colaboração com a





CLIPPING

DATA

25.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

15 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

comunidade”.

O prêmio é entregue pela plataforma educacional britânica T4 Education desde 2022, e concede US\$ 10 mil (R\$ 57 mil) a cada uma das instituições de ensino a nível mundial que se destacam em cinco categorias (ação ambiental, inovação, superação de adversidades e promoção de vida saudável são as outras). Os vencedores foram escolhidos por um júri composto por líderes renomados no mundo todo, incluindo acadêmicos, educadores, ONGs, empreendedores sociais, representantes de governos, da sociedade civil e do setor privado.

O colégio María de Guadalupe é a única escola da América Latina premiada nesta edição — e também a primeira da Argentina a ser indicada ao prêmio. Quatro escolas brasileiras estavam concorrendo neste ano como finalistas, mas nenhuma delas foi premiada. No ano passado, duas escolas brasileiras estiveram entre as premiadas — a Escola Municipal Professor Edson Pisani, de Belo Horizonte (MG), e a Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Joaquim Bastos Gonçalves, de Carnaubal (CE). Luis Arocha, diretor do colégio argentino, contou à BBC News Mundo, serviço de notícias em espanhol da BBC, que a escola foi criada há apenas 12 anos como parte de uma ação de solidariedade, quando algumas pessoas que ofereciam reforço escolar no bairro de Las Tunas, com uma organização da Igreja Católica, decidiram criar uma fundação para abrir uma escola no local.

"A assistente social María Paz Mendizabal e o empresário Roberto Souviron, fundador da agência de viagens online despegar.com (no Brasil, decolar.com), criaram a fundação e, em 2012, abriram a escola com a ideia de que teria características específicas em termos de resultados educacionais e eficiência", diz Arocha. Quando foi inaugurado, o colégio María de Guadalupe tinha apenas 150 alunos, e oferecia apenas as três primeiras séries do ensino fundamental. Em 2016, já ensinava alunos do ensino médio, e atualmente educa crianças a partir dos quatro anos. A T4 Education destacou que a escola foi premiada porque "empodera alunos de origens socialmente vulneráveis com um modelo integrado que combina aprendizado acadêmico com desenvolvimento profissional". A seguir, contamos com mais detalhes quais são os segredos do sucesso desta escola — e por que ela se destaca num momento em que a educação argentina, outrora uma das mais admiradas da região, atravessa uma grave crise.

Inclusão

Um dos destaques do María de Guadalupe é seu modelo inovador de inclusão. A equipe da escola não só educa. Também ajuda as famílias humildes a superar os obstáculos que dificultam colocar os filhos na escola. Dado que a pobreza atinge quase 53% da população — incluindo duas em cada três crianças —, um destes obstáculos é econômico. "O colégio recebe subsídio estatal da província de Buenos Aires, que cobre 60% do orçamento. Outros 30% são custeados por patrocinadores e doadores que ajudam a fundação. As famílias só precisam pagar 10%", explica Arocha.

Atualmente, isso significa uma mensalidade de cerca de US\$ 36 (R\$ 205) para uma educação em tempo integral, valor bem inferior a outras escolas particulares. "Muitas das famílias da nossa escola vivem de trabalhos informais, e há meses em que não conseguem pagar nem sequer essa quantia. Nestes casos, avalia-se a concessão de uma bolsa", diz o diretor. Mas a falta de dinheiro não é o único obstáculo para as crianças estudarem. A escola também lida com outros desafios, como a violência doméstica ou os problemas de moradia enfrentados por muitos de seus alunos.

A equipe interdisciplinar de assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos que atendem as crianças é fundamental neste aspecto. "Realizamos uma entrevista socioambiental com cada família nova para identificar problemas graves", diz Arocha. "Tentamos nos articular bastante com a prefeitura e com outras ONGs que se dedicam a resolver determinados problemas, como o de moradia." "De qualquer forma, sabendo que metade das nossas famílias vive em casas superlotadas, e que as crianças não têm espaço adequado para fazer o dever de casa, tentamos fazer com que o processo de aprendizado ocorra principalmente aqui na escola", explica.

Evasão escolar

Em um país onde, de acordo com um estudo do observatório Argentinos por la Educación, apenas 13 em cada 100 alunos concluem o ensino médio dentro do prazo esperado, o María de Guadalupe tem um desempenho surpreendente. Lá, 99% dos alunos terminam os estudos, e mais de 95% fazem isso dentro do prazo. "O acompanhamento personalizado é fundamental para isso. Trabalhamos muito com cada família e com cada criança. Conhecendo cada história, a mochila que cada um traz, sem julgamentos", afirma Arocha. No ensino médio, quando o problema da evasão escolar se agrava (segundo o observatório, cerca de 15% das crianças abandonam a escola), os alunos do María de Guadalupe têm um orientador por ano, que os ajuda com os desafios da adolescência.

A escola consegue realizar esta difícil tarefa de contenção, apesar de o investimento por aluno ser semelhante ao das escolas públicas. Mas como eles conseguem fazer isso? Perguntamos ao diretor. "Nessas escolas que trabalham com populações altamente vulneráveis, há sempre problemas, mas você pode ser um bombeiro, e nunca terminar de apagar os incêndios. É por isso que nosso trabalho é sistemático e com uma abordagem preventiva", diz ele. "A partir da entrevista socioambiental que realizamos, podemos saber que temas vamos trabalhar com cada família."

Futuro

Outro sucesso do María de Guadalupe destacado pelo júri do prêmio é o grande número de formandos que ingressam em cursos universitários ou conseguem emprego após a formatura. De acordo com dados compilados pela escola, quase 5 em cada 10 de seus ex-alunos continuam os estudos com curso superior ou universitário, o que é o dobro da média nacional para este grupo social, segundo o observatório Argentinos por la Educación. Enquanto isso, 87% trabalham ou estudam, percentual que também supera a média nacional (75%).

Isso se deve, em parte, ao fato de que a maioria dos alunos do María de Guadalupe sai da escola tendo aprendido conhecimentos básicos, algo que — infelizmente — não acontece em muitas escolas na Argentina. De acordo com os resultados das últimas provas Aprender — uma avaliação nacional de alunos da sexta série —, metade das crianças não entende matemática, e um terço não consegue compreender o que lê. Em contrapartida, 70% dos meninos da sexta série do María de Guadalupe passaram na prova de matemática, e 69% na prova de língua, em 2021 (dados mais recentes disponíveis).

Mas a escola oferece a eles outras ferramentas que facilitam o ingresso na universidade ou no mercado de trabalho após a formatura. "É disso que mais nos orgulhamos", diz Arocha, que sabe muito bem como há

poucas oportunidades de carreira para crianças de origem humilde. "Tem a ver com um trabalho muito forte ao longo de toda a jornada escolar, no que chamamos de conhecimentos básicos: matemática, língua, currículo digital e habilidades socioemocionais." No ensino médio, a escola oferece orientação vocacional, mentoria e programas de inclusão no mercado de trabalho. Além disso, permite que as crianças se especializem em quatro áreas: programação, produção audiovisual, administração ou meio ambiente.

"A maioria dos nossos formandos segue carreiras relacionadas à tecnologia, e muitos acabam estudando na Universidade Tecnológica Nacional (UTN), que fica perto de nós", diz ele, satisfeito. O diretor revela ainda que a escola pretende usar o prêmio de US\$ 10 mil para investir em novos computadores. O sucesso da escola não é visto apenas no desempenho dos alunos que se formam, mas também no grande número de pessoas que desejam ingressar na instituição. "Para cada aluno que entra na turma para 4 anos, há seis que ficam de fora", lamenta o diretor. Mas ele tem esperança de que, no futuro, haverá mais escolas como esta. Na verdade, ele conta que a Fundação María de Guadalupe (MDG) foi criada com a ideia de replicar esta primeira escola, e já abriu uma segunda unidade, o colégio Rosario Vera Peñalosa, em Garín, outra área bastante carente de Buenos Aires.]

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 25.10.2024 – PÁG. CIÊNCIA E SAÚDE

Terra deve chegar ao fim do século 3,1°C mais quente

O aumento de temperatura esperado para o fim do século será de 3,1°C caso as contribuições nacionais para reduzir emissões de CO2 não atinjam níveis mais ambiciosos

Paloma Oliveto



O planeta se aproxima de chegar ao fim do século 3,1°C mais quente do que na era pré-industrial, alcançando temperaturas incompatíveis com a vida. O alerta é do relatório Lacuna das Emissões do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), lançado ontem em Cali, na Colômbia, durante a Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade (COP15). A pouco mais de um mês da COP29, do clima, sediada no Azerbaijão, o documento destaca que, tecnicamente, ainda é possível atingir a meta de 1,5°C. Mas, para isso, é preciso uma mobilização massiva, que leve ao corte de 42% das emissões globais até 2030 e 57% até 2035.

Com as políticas atuais de contenção dos gases de efeito estufa, o mundo alcançará um aumento considerado catastrófico na temperatura. Mesmo que os compromissos já assumidos nas COPs anteriores fossem cumpridos — e não estão —, o planeta chegaria a 2100 entre 2,6°C-2,8°C mais quente do que o século 19. No próximo ano, na COP de Belém, no Brasil, haverá uma nova rodada das chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) - compromissos que cada país signatário do Acordo de Paris apresenta na conferência, para ajudar a reduzir as emissões. A ONU adverte que essas metas terão de ser mais



CLIPPING

DATA

25.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

ambiciosas do que nunca. "O relatório de hoje (ontem) sobre a Lacuna de Emissões é claro: estamos brincando com fogo; não podemos mais ganhar tempo", ressaltou o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, em uma mensagem em vídeo. "Estamos sem tempo. Fechar a lacuna de emissões significa fechar a lacuna de ambição, a lacuna de implementação e a lacuna financeira. Começando na COP29."

As projeções científicas apresentadas no relatório, de um mundo 2,6 °C mais quente, baseiam-se no cenário de implementação total das NDCs e têm uma probabilidade de 66% de acontecerem. O problema é que nem essas promessas estão sendo cumpridas; nenhum país está no caminho de alcançar as contribuições apresentadas em 2022, a atualização mais recente. Se todas fossem batidas, ainda seria necessário acrescentar contribuições de zero líquido para limitar o aquecimento a 1,9 °C. O relatório, porém, ressalta que há pouca confiança, hoje, nas estratégias que têm como objetivo contrabalançar as emissões com a captura de carbono. "A lacuna de emissões não é uma noção abstrata", reforçou Guterres. "Há uma ligação direta entre o aumento das emissões e desastres climáticos cada vez mais frequentes e intensos. Em todo o mundo, as pessoas estão pagando um preço terrível. Emissões recorde significam temperaturas recorde do mar sobrecarregando furacões monstruosos; calor recorde está transformando florestas em caixas de pólvora e cidades em saunas; chuvas recorde estão resultando em inundações bíblicas."

Alexandre Prado, líder em Mudanças Climáticas do WWF-Brasil, destaca tragédias climáticas brasileiras recentes. "A tragédia no Sul, a maior seca da história e as queimadas na Amazônia e no Pantanal nos mostraram que da forma como está, já era", avalia. Prado lembra que a origem das mudanças climáticas são os combustíveis fósseis, cuja queima resulta na formação dos gases de efeito estufa. "Sabemos o que fazer, sabemos como fazer e sabemos das dificuldades e desafios, mas temos que ter lideranças para enfrentá-los." Para limitar o aumento da temperatura, o relatório da ONU destaca que as emissões devem cair 28% até 2030 e 37% dos níveis de 2019 até 2035. "Precisamos de mobilização global em uma escala e ritmo nunca vistos antes — começando agora mesmo. Peço a todas as nações: chega de conversa fiada", discursou Inger Andersen, diretora-executiva do Pnuma. A COP29 é considerada uma conferência intermediária, pois as novas NDCs serão assumidas na 30ª edição. Andersen afirmou que o encontro em Baku, no Azerbaijão, é a oportunidade para elevar, agora, o nível de ambição para "entrar em um caminho de 1,5°C".

O relatório destaca que, em vez de redução nas emissões, desde 2019, o que se vê é um aumento na liberação de gases de efeito estufa, chegando ao recorde de 57,1 gigatoneladas no ano passado. O atraso no cumprimento das metas significa que, até 2035, será preciso cortar, anualmente, 7,5% do CO₂. Embora muito pouco provável, o cenário do Acordo de Paris, de 1,5°C acima dos índices pré-industriais, é tecnicamente possível. Para isso, os países devem cortar até 31 gigatoneladas de CO₂ equivalente em 2030 - ou 52% do que foi emitido em 2023, e 41 gigatoneladas até 2035. O custo previsto desses cortes é estimado em menos de US\$ 200 por tonelada de carbono.

Segundo o relatório, o aumento da implantação de tecnologias solares fotovoltaicas e energia eólica poderia fornecer 27% do potencial total de redução em 2030 e 38% em 2035. A ação sobre florestas pode contribuir com 20% nos dois anos. Outras opções promissoras incluem medidas de eficiência, eletrificação e troca de combustível nos setores de edifícios, transporte e indústria. "Apesar de estar em situação mais favorável, segundo a análise apresentada, o Brasil pode não conseguir alcançar suas metas climáticas nas NDCs, se não mudar as políticas atuais, o mesmo acontecendo com países como Estados Unidos e União Europeia", reforça Juliano Bueno de Araújo, doutor em Riscos e Emergências Ambientais e diretor técnico do Instituto Internacional Arayara. "As ações implementadas são consideradas insuficientes e a transição para uma



CLIPPING

DATA
25.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
19 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

economia sustentável está lenta. Sem uma revisão e intensificação das estratégias, esses países comprometem seu futuro ambiental e sua posição no combate às mudanças climáticas."

Para chegar a 1,5 °C --QUADRO

- O relatório mostra que a lacuna de emissões para 2030 e 2035 poderia ser superada a um custo abaixo de US\$ 200 por tonelada de CO2 equivalente.
- O potencial para cortes em 2030 é de 31 gigatoneladas de CO2 equivalente de e 41 gigatoneladas em 2035.
- O aumento da implantação de tecnologias solares fotovoltaicas e energia eólica poderia fornecer 27% desse potencial total de redução de emissões em 2030 e 38% em 2035.
- A ação sobre florestas poderia fornecer cerca de 20% por cento do potencial em ambos os anos.

Fonte: relatório Lacuna de Emissões, do Pnuma

Perdas irreversíveis na vida selvagem

As mudanças climáticas e de uso do solo reduziram em 69% a fauna selvagem nas últimas cinco décadas. Além disso, ameaçam a perda irreversível de ecossistemas marinhos em 2030 e florestais até a metade do século, alerta uma compilação de estudos apresentada ontem em Cali, na Colômbia, durante a Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade (COP15). A publicação destaca evidências científicas sobre a associação entre clima e biodiversidade. "É relação profundamente entrelaçada. Os efeitos da mudança climática nos sistemas naturais são complexos e estão interligados", destaca Joanne Bentley, pesquisadora da ONG Zero Carbon Analytics e autora do informe.

"A mudança climática está levando as espécies a deslocar suas áreas de distribuição geográfica em busca de habitats mais adequados em resposta à mudança de temperaturas, à alteração dos padrões de precipitação e aos transtornos de seus ecossistemas", exemplifica a cientista. Um dos casos mais marcantes de mortalidade em massa induzida por mudanças climáticas, diz Bentley, são os recifes de águas quentes, que estão sendo dizimados por ondas de calor marinhas causadas pelo homem. Entre 2009 e 2018, cerca de 14% dos corais mundiais foram perdidos, em grande parte devido ao branqueamento, um fenômeno causado pela alta temperatura da água. A publicação também destaca o declínio da polinização, um impacto que pode levar à insegurança alimentar. As mudanças climáticas estão interrompendo as relações entre insetos polinizadores e as plantas. "Isso cria uma incompatibilidade que pode reduzir a eficiência da polinização, com impactos na segurança alimentar e nos preços", diz o documento. (PO)

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 25.10.2024 – PÁG. A2

Taxação de super-ricos é prioridade, defende Haddad

Mesmo sem definição, ministro diz que imposto sobre fortunas é “legado” brasileiro no G20

Alexandra Bicca

Na abertura da última sessão da Trilha de Finanças do G20 em 2024 sob a presidência do Brasil, o ministro Fernando Haddad afirmou que o combate à desigualdade, por meio do imposto para super-ricos, é uma prioridade. Em seu discurso, ele afirmou que este foi o maior legado da presidência brasileira do G20 - a reunião ministerial de Washington encerra os trabalhos da Trilha de Finanças antes do encontro de chefes de Estado e governo, previsto para novembro, no Rio.

“A desigualdade aumentou dramaticamente em vários países. O Brasil considera esse um tópico particularmente importante. Por isso, defendemos que o G20 assuma uma nova e ambiciosa agenda de tributação. Devemos agir juntos para garantir que os super-ricos paguem sua cota justa em impostos de modo a combater a desigualdade”, disse, no discurso que abriu a sessão na sede do FMI.

Haddad iniciou sua fala lembrando que em 2024 se celebram 80 anos de Bretton Woods e 25 anos da trilha financeira, e que o debate é essencial. Ele fez um balanço da atuação brasileira no G20, lembrando que a trilha financeira trabalhou em parceria com a chamada trilha de sherpas em temas cruciais como o combate à fome e à mudança climática, em mais de 30 reuniões que geraram “dezenas” documentos de consenso. Haddad também aproveitou seu discurso, de cerca de oito minutos, para falar de questões ambientais. “A mudança climática é agora uma realidade. Trata-se de nada menos que uma ameaça existencial à vida como a conhecemos. Devemos, portanto, focar em aumentar substancialmente o financiamento climático. Precisamos facilitar transições energéticas rápidas e equitativas, compatíveis com a proteção de vidas, meios de subsistência e biodiversidade ao redor do mundo.”

Haddad está em Washington para a reunião de outono (hemisfério Norte) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, onde permaneceu até a noite desta quinta-feira. Pela manhã, o ministro se encontrou com representantes da agência de classificação de riscos S&P Global Ratings. Em um balanço sobre a presidência do Brasil no G20, o ministro da Fazenda comemorou os resultados conquistados até o momento. Para ele, os avanços foram significativos, pois foram dois comunicados aprovados com o consenso de todos os membros, apesar de todas as adversidades pelas quais muitas das nações estão passando.

Ele destacou que a África do Sul, próximo país a presidir o G20, já sinalizou que vai dar sequências às pautas do Brasil à frente do fórum. “Eu diria que poucas [presidências dos G20] alcançaram esse grau de excelência e de resultado. Dois comunicados muito abrangentes, muito significativos do ponto de vista de reformas propostas. Nós trabalhamos temas muito delicados, taxação de super-ricos, trabalhamos na questão



do alinhamento dos MDBs [bancos multilaterais] em torno de um projeto de desenvolvimento global”, destacou.

Segundo o ministro, o encontro com a S&P Global Ratings foi solicitado pela agência e durou cerca de 30 minutos, no qual foram passadas informações sobre os cenários de médio e longo prazo do Brasil. Haddad classificou o encontro como bom. “Foi um pedido deles [S&P] para esclarecimentos e conhecimento da posição do governo a respeito do ambiente no Brasil. Foi uma conversa rápida”, disse. O ministro disse que revisões da nota do Brasil já foram feitas e que as agências são independentes. No começo deste mês a agência Moody’s elevou a nota de crédito do Brasil de Ba2 para Ba1, com perspectiva positiva. A agência justificou a elevação da nota brasileira pela melhora significativa no crédito do país, além do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e das reformas econômicas e fiscais.

O ministro reforçou ainda que o Brasil conseguiu colocar as questões climáticas na agenda do G20, com a criação de instrumentos para o financiamento da transformação ecológica. “Apesar da sensibilidade dos temas, nós conseguimos consenso de 20 países que estão vivendo uma situação geopolítica bastante complexa”, disse. “Poderia haver uma interrupção da agenda brasileira. O discurso da África do Sul deixou claro que haverá continuidade da agenda, sem prejuízo das marcas que a própria África do Sul”, completou o ministro. Ele também comentou o resultado do IPCA-15, prévia da inflação oficial de outubro divulgada na manhã de ontem, que mostrou uma aceleração maior do que o esperado. Segundo o ministro, a seca gera preocupação por estar pressionando os preços dos alimentos e de energia.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 25.10.2024 – PÁG. E1

Volume de casos sobre fornecimento de energia pela Enel cresce na Justiça paulista

Levantamento da legaltech Juit mostra mais de 7 mil decisões judiciais sobre o tema

Adriana David



A Justiça de São Paulo tem cada vez mais julgado processos que discutem fornecimento de energia na capital e região metropolitana e determinado o pagamento de danos materiais e morais - mesmo em casos envolvendo eventos climáticos. Desde 2018, quando a Enel adquiriu a Eletropaulo, a curva é crescente. Ao menos 7,2 mil decisões de primeira e segunda instâncias foram proferidas, até o dia 21 deste mês, envolvendo os nomes das duas empresas, segundo levantamento da legaltech de pesquisa jurídicas Juit. A pesquisa levantou o volume total de sentenças, acórdãos e decisões monocráticas proferidas no período - um mesmo caso pode ter decisões de primeira e segunda instâncias. A grande maioria procedente ou parcialmente procedente



CLIPPING

DATA

25.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

ao pedido do consumidor. Foram usadas as palavras-chave “falha na distribuição de energia”, “falha na prestação de serviços”, “apagão”, “blackout”, “queda de energia”, “interrupção do fornecimento de energia” e “blecaute”.

A maioria das decisões está concentrada na primeira instância. Porém, de acordo com o estudo da Juit, chama a atenção a quantidade de acórdãos por ano, o que reforçaria a tendência de crescimento da litigiosidade. O volume de decisões de segunda instância vem aumentando desde 2019, atingindo o pico em 2023, com 781 acórdãos.

Dificuldade na prestação do serviço coincide com a troca da AES pela Enel” — Raphael Jadão

As decisões, afirma a Juit, mostram uma tendência dos tribunais de reconhecer, com base na Constituição Federal e no Código de Defesa do Consumidor (CDC), a responsabilidade objetiva das concessionárias de serviço público - que leva em conta o risco da atividade desenvolvida e não a culpa do responsável -, “exigindo mais atenção à qualidade e continuidade dos serviços prestados”.

Em uma recente decisão, a 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) não aceitou a alegação de força maior e condenou a Enel a pagar indenização por danos materiais a um condomínio que ficou cinco dias sem luz após o temporal que atingiu a Grande São Paulo em 3 de novembro do ano passado. Para a relatora do caso, desembargadora Celina Dietrich e Trigueiros Teixeira Pinto, a hipótese de força maior poderia justificar uma breve interrupção, mas não uma demora tão acentuada no retorno à normalidade. “Não há dúvidas de que as chuvas e vendavais ocorridos no dia 3 de novembro de 2023 foram um evento climático extremo. Não haveria espaço para controvérsia caso houvesse uma simples interrupção pontual no fornecimento de luz por algumas horas, quiçá por poucos dias. Por outro lado, esse evento climático não foi o suficiente para justificar a lentidão no restabelecimento do serviço essencial.”

Em seu voto, a relatora também observa que, desde a aquisição da Eletropaulo pela Enel, “a apelante reduziu o quadro de funcionários em 36%, ao mesmo tempo em que aumentou a sua cobertura”. A concessionária, diz, passou de 307 consumidores por funcionário, em 2019, para 511, no terceiro trimestre de 2023 (processo nº 1009377-29.2023.8.26.0565). “A aparente dificuldade na prestação do serviço coincide com a substituição da AES [Eletropaulo] pela Enel em 2018”, diz o advogado Raphael Jadão, sócio do escritório RMMG Advogados.

O estudo da Juit é reforçado por um outro realizado, a pedido do Valor, pelo especialista em relações de consumo, Marcos Poliszczuk, do PZK Advogados. Ele mostra também forte expansão no número de ações contra a Enel entre 2019 e 2024, envolvendo não só fornecimento de energia, mas também outras questões, como contas de luz. O volume de decisões saltou de 243, em 2019, para 1.826 neste ano (até o dia 17 de outubro). A maioria das ações foi julgada procedente ou parcialmente procedente (90,6%). “Os tribunais são unânimes em confirmar a responsabilidade das empresas distribuidoras de energia elétrica em qualquer falha ou vício na prestação de serviços que ocasionarem dano ao consumidor”, afirma o advogado.

Maira Scavuzzi, especialista em Direito Empresarial e do Consumidor do escritório Yamin, Scavuzzi e Narcizo Advogados, destaca que o problema não está no desabastecimento provocado pelo fenômeno natural, mas na demora em resolvê-lo. Ela atribui o problema à falta de pessoal para atender a população. “É difícil imaginar um cenário em que a falta de pessoas para prestar serviço de qualidade não contribua para o

aumento do passivo judicial de uma empresa”, diz. Em recente julgamento na 4ª Turma Recursal Cível do Colégio Recursal dos Juizados Especiais, o relator de um caso sobre fornecimento de energia contra a Enel, Marcello do Amaral Perino, considerou que “a situação evidencia um despreparo da recorrente em relação ao enfrentamento de problemas relacionados às intempéries e seus desdobramentos, que são já esperados devido a ciclicidade climática” (processo nº 1008430-81.2023.8.26.0271).

No caso, um consumidor da Grande São Paulo ficou quatro dias e 12 horas sem luz em razão do evento climático de novembro do ano passado. A Enel também alegou hipótese de força maior. Mas não conseguiu, em recurso, derrubar sentença que determinou o pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 2,5 mil. Nem sempre, porém, os problemas de falta de energia estão relacionadas a eventos climáticos. Em recente decisão, a 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve sentença que determinou danos morais no valor de R\$ 5 mil a um consumidor que ficou quatro dias sem luz, por “interrupção injustificada”.

Para a relatora do caso, desembargadora Carmen Lúcia da Silva “é forçoso convir que a situação que a autora vivenciou, com a suspensão injustificada do serviço de energia elétrica por quatro dias, é passível de gerar abalo moral, haja vista sua essencialidade nos dias atuais” (processo nº 1023258-76.2023.8.26.0564). Por meio de nota, a Enel Distribuição São Paulo disse ao Valor que o volume de 7,2 mil decisões, de 2018 a 2024, identificadas pelo estudo da Juit, “é compatível com a base crescente de clientes da companhia e reflete a efficientização do próprio sistema judiciário. Cabe salientar que esse número representa apenas 0,09% dos mais de 8 milhões de unidades consumidoras da área de concessão da distribuidora”.

STF valida recuperação judicial de cooperativas médicas

Placar do julgamento na Corte foi apertado com 6 votos a 5

Luiza Calegari

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que as cooperativas médicas operadoras de plano de saúde podem pedir recuperação judicial. Por um placar apertado, de seis votos a cinco, os ministros consideraram constitucional a legislação que prevê essa possibilidade. Para especialistas, a decisão foi importante para preservar a viabilidade econômica das cooperativas médicas. Mas, acrescentam, a validação de uma alteração feita pelo Congresso Nacional sem respeito ao devido processo legislativo pode possibilitar a aplicação do mesmo entendimento em outros casos.

Estava em análise o parágrafo 13 do artigo 6º da Lei de Recuperação Judicial e Falências (Lei nº 11.101, de 2005), inserido em 2020, pela Lei nº 14.112. O dispositivo afasta a aplicação dos efeitos da recuperação judicial às cooperativas, excepcionando as da área médica. Na ação, a Procuradoria-Geral da República (PGR) alegava que o Senado incluiu alteração, na forma de emenda aditiva — e não de redação —, no projeto de lei durante sua tramitação. Segundo o artigo 65, parágrafo único, da





CLIPPING

DATA
25.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
24 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Constituição, nesses casos é necessário o retorno do processo à casa iniciadora, para novo turno de votação (ADI 7442).

O dispositivo questionado afirma que “não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial os contratos e obrigações decorrentes dos atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas com seus cooperados, na forma do artigo 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, conseqüentemente, não se aplicando a vedação contida no inciso II do artigo 2º quando a sociedade operadora de plano de assistência à saúde for cooperativa médica.” Prevaleceu no julgamento o entendimento do relator, ministro Alexandre de Moraes, que validou a inserção do trecho final, em respeito às deliberações legislativas e para não interferir no funcionamento de outro poder. “Seria uma ingerência muito grande do Supremo entrar na interpretação de minúcias do regimento interno do Senado e da Câmara, quando nem mesmo a Câmara questionou a alteração feita pelo Senado”, disse.

Ele foi acompanhado pelos ministros Cristiano Zanin, Nunes Marques, Edson Fachin, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso, que proferiu seu voto ontem, na retomada do julgamento. O presidente da Corte propôs a seguinte tese: “A inclusão de novas palavras e expressões em projeto de lei, desde que corrija imprecisões técnicas ou torne o sentido do texto mais claro, não configura emenda aditiva”. A proposta, porém, não foi analisada pelo Plenário. Do lado oposto, a divergência aberta pelo ministro Flávio Dino recebeu cinco votos, em uma disputa apertada. O ministro apontou que a inclusão do trecho final do artigo pelo Senado foi uma emenda aditiva, o que obrigaria uma rediscussão pela Câmara.

“Não estamos fazendo juízo de mérito se o Senado acertou ou errou, mas deveria ter retornado à casa iniciadora, uma vez que houve alteração substantiva no comando legiferante e uma mudança na lógica da lei”, argumentou. Ele foi seguido por André Mendonça, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Para advogados, a manutenção da possibilidade de recuperação para as cooperativas médicas foi positiva. Juliana Bumachar, sócia do Bumachar Advogados, destaca que esse tema vem gerando polêmica desde a derrubada do veto pelo Congresso. Derrubar a previsão, segundo ela, “geraria um problema sério para as recuperações em andamento das cooperativas e também para aquelas que já foram resolvidas”.

“Os processos que estão em andamento continuam no seu trâmite normal e, eventualmente, algumas cooperativas que poderiam estar em dúvida em razão da insegurança devem ficar mais tranquilas pelo fato de o tema estar agora pacificado”, afirma a advogada. Uma decisão contrária poderia impactar, por exemplo, três reestruturações da Unimed — a Norte/Nordeste, a de Taubaté e a de Manaus. O processamento de recuperação da Unimed de Taubaté foi autorizado na terça-feira no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão do ministro Marco Buzzi (REsp 2649402). Yuri Gallinari, sócio do Yuri Gallinari Advogados, defende que as cooperativas atuam, na prática, como qualquer empresa, não havendo razão para que não sejam beneficiadas com a proteção da recuperação judicial. “Tem se tornado popular apontar o que é chamado por muitos de ‘jabuti’ em projetos legislativos. Contudo, para que seja configurada uma emenda aditiva, é necessário que palavras e termos acrescentados não façam apenas correções necessárias para tornar o projeto de lei melhor do ponto de vista técnico”, afirma ele, em relação à discussão sobre o processo legislativo.

Por outro lado, Flávio Molinari, sócio do Collavini Advogados, considera que o reconhecimento da constitucionalidade foi equivocado e vai gerar insegurança jurídica para futuros projetos de lei. “O princípio do bicameralismo e o devido processo legislativo asseguram que quando há uma emenda que altera

substancialmente a proposta legislativa vinda de uma das casas, a casa que tem a iniciativa deve revisar novamente o projeto.” Maiara Henriques Pires, do escritório Machado Associados, também defende que a decisão traz insegurança, “pois cria um precedente no qual se declara a constitucionalidade do artigo, mesmo após emenda que trouxe mudança substancial ao projeto de lei, sem remeter o projeto à casa iniciadora para nova deliberação”. Além disso, segundo a especialista, a validação estende às cooperativas um direito que, no artigo 1º da própria Lei de Recuperação Judicial e Falências, é reservado às sociedades empresárias.

Já Diego Montenegro, sócio do Pessoa & Pessoa Advogados, destaca que as operadoras de planos de saúde são excluídas do regime de recuperação judicial porque estão submetidas a um regramento específico, coordenado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). “Não me parece que o fato de a operadora ser organizada na forma de cooperativa deva justificar a aplicação de regime diverso”, diz. A exceção instituída pela lei também cria um cenário de injustiça, de acordo com o especialista. “Com a admissão dessa autorização específica para as cooperativas médicas operadoras de plano de saúde, cria-se um cenário em que agentes econômicos atuantes no mesmo mercado sujeitem-se a regramentos distintos, criando, a meu ver, um desequilíbrio indesejado e injustificado.”

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 25.10.2024 – PÁG. E2

Possíveis impactos penais da reforma

É necessário que o legislador esteja atento para os desdobramentos penais e processuais penais de suas escolhas

Fernanda Vilares / Heloisa Estellita



No âmbito da reforma tributária, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) deverão observar as mesmas regras em relação a fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência etc. Para manter a autonomia federativa, porém, a CBS é de competência federal e o IBS é de competência de Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Por isso, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 dispõe que caberá ao Poder Executivo da União editar o regulamento da CBS, enquanto o Comitê

Gestor do IBS (CG-IBS), composto por representantes de Estados, Distrito Federal e municípios, editará o regulamento do IBS. Assim, caberá ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) o julgamento de questões relativas à CBS e ao CG-IBS as relativas ao IBS.

Isso quer dizer que é possível que tenhamos decisões distintas sobre a mesma matéria, já que o contribuinte poderá ter lavrado contra si dois lançamentos e dois autos de infração relativos ao IBS e à CBS. Na prática,



CLIPPING

DATA
25.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
26 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

dois processos administrativos distintos a respeito de tributos “idênticos” poderão coexistir e não é difícil imaginar que sobrevenham manifestações contraditórias do Carf e do CG-IBS, motivando a judicialização da discussão. Para lidar com esse problema, o PLP 68/2024 propõe a criação de duas instâncias de harmonização: o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias e o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias. Já o PLP 108/24 prevê que caberá ao CG-IBS uniformizar a interpretação da legislação do IBS, decidir o contencioso administrativo desse imposto e coordenar a fiscalização e as ações de cobrança administrativa e judicial.

Essa sistemática tem potencial para causar impactos importantes na esfera penal, pois, considerando a atual lógica de interação entre o Fisco e as autoridades de persecução criminal - regida primordialmente pela Súmula Vinculante 24 -, uma “derrota” na esfera administrativa poderá resultar tanto no encaminhamento do caso para discussão em âmbito civil-tributário quanto na instauração de investigação para apurar eventual prática criminosa.

Em matéria de direito penal tributário, o crime pressupõe um ilícito tributário, a sua caracterização depende, em um primeiro momento, da verificação do descumprimento de uma obrigação tributária. Isso significa dizer que, para o enquadramento da conduta como crime tributário, é essencial saber qual é o tributo devido, se ele é realmente devido, e /ou quais são as obrigações acessórias previstas nas leis tributárias que foram descumpridas dolosamente pelo agente. Em outras palavras, a apuração do crime tributário sempre estará atrelada a questões jurídico-tributárias submetidas aos órgãos de administração tributária. Como a CBS e o IBS observarão as mesmas regras em relação a fatos geradores, bases de cálculo e hipóteses de não incidência, a existência de duas instâncias analisando os mesmos fatos jurídico-tributários terá diversos impactos penais.

Dentre eles destacamos os seguintes: a) a prevalecer o entendimento da Súmula Vinculante 24, a duplicidade de procedimentos administrativos condicionantes da possibilidade de exercício da pretensão punitiva poderá criar ainda maior distância temporal entre a prática do fato criminoso e sua apuração e punição; b) também em razão da Súmula Vinculante 24, a duplicidade de procedimentos administrativos poderá gerar diferentes momentos de conduta, de consumação do crime e de início de contagem do prazo prescricional dos delitos decorrentes dos mesmos fatos jurídico-tributários; c) a possível contradição entre enquadramentos e decisões administrativas sobre o mesmo fato jurídico-tributário com repercussões penais poderá ter impactos não só na configuração subjetiva do ilícito penal (erro), como processuais: o juiz penal terá de “escolher” uma dessas interpretações ou terá de aguardar a uniformização?; d) como a CBS afeta os interesses da União e o IBS os dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o mesmo fato jurídico-tributário afetará, invariavelmente, patrimônios públicos de diversa titularidade, sugerindo possível discussão sobre a prática de dois ou três crimes, em concurso formal; e) o mesmo fato jurídico-tributário com repercussões penais poderá estar sujeito, ainda que temporariamente, a dupla investigação: pela Justiça Estadual, para o IBS, pela Federal, para a CBS; duplicidade que somente poderá ser resolvida por meio de julgamento de exceção de incompetência (pelos tribunais) ou conflito de competência (pelo Superior Tribunal de Justiça), o que poderá atrasar ainda mais a solução do litígio; f) por fim, o mesmo fato jurídico-tributário poderá ser objeto de distintas ações antixacionais em razão da duplicidade de procedimentos administrativos e eventual decisão de suspensão da exigibilidade do crédito tributário ou de anulação em relação a apenas um dos procedimentos administrativos poderia ensejar decisões judiciais conflitantes e impactos distintos perante a justiça criminal.

Nada disso macula o mérito da reforma e dos projetos de regulamentação, mas é necessário que o legislador esteja atento para os desdobramentos penais e processuais penais de suas escolhas. Na matéria aqui tratada, eles são abrangentes e inspiram cuidados.

DATA COMEMORATIVA DO DIA- SEBIB

Dia 25 de outubro - Dia internacional contra a exploração da mulher

O Dia internacional contra a exploração da mulher é uma data que marca a luta contra a desigualdade de gênero que afeta mulheres em todo o mundo.

O dia 25 de Outubro foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Dia internacional contra a Exploração da Mulher, uma data dedicada à reflexão acerca das desigualdades e discriminações de gênero que ainda persistem em nossa realidade. Os problemas relacionados com esse fato são bastante explícitos e, embora a situação tenha melhorado bastante nas últimas décadas graças ao embate travado pelos grupos dedicados à luta pela igualdade de gênero e contra a discriminação, há ainda muito que se avançar.

Entre os problemas mais graves, o que mais chama atenção são os casos de violência doméstica contra as mulheres. Dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), colhidos em conjunto com a Escola de Higiene Tropical de Londres, revelam que aproximadamente 35% de todos os assassinatos de mulheres no mundo são cometidos por um parceiro íntimo. No Brasil, segundo dados do PNAD/IBGE de 2009, 48% das mulheres que são agredidas relatam que a violência aconteceu em sua própria residência. Outros números divulgados pelo Instituto Avon/Data popular de 2012, em trabalho intitulado “Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher”, demonstra que, dentro do universo da amostra colhida de 1500 pessoas, 56% dos homens admitem já terem cometido alguma forma de agressão entre xingar, empurrar, agredir com palavras, dar tapa, dar soco, impedir de sair de casa ou obrigar a fazer sexo.

As ações tomadas para solucionar esses problemas ainda são recentes, mas já mostram resultados. A Lei Maria da Penha, criada em 2006, é um dos passos dados em direção à eliminação da violência doméstica de gênero. O estudo “Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e divulgado em 2015, mostra que, desde 2006, a lei fez diminuir em 10% as projeções anteriores de taxa de homicídios domésticos.

Entretanto, há certos problemas que possuem raízes profundas. A desigualdade de gênero não está relacionada apenas com a violência contra a mulher. O parlamento de um país democrático, tal qual o Brasil, é icônico, ou ao menos deveria ser, dentro de seu papel representativo. Porém, entre as 513 cadeiras existentes em nossa câmara de deputados, apenas 51 delas (9,9%) foram ocupadas por mulheres nas eleições de 2014. O cenário mundial não é diferente, pois, entre todas as nações do mundo, apenas 19 delas são





JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

BIBLIOTECA

DATA
25.10.2024

PÁGINA Nº
28 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

governadas por mulheres, como é caso da presidenta Dilma Rousseff, reeleita em 2014. Os graves problemas relacionados com a desigualdade de gênero mostram a real dimensão da necessidade de cada vez mais buscarmos ações que nos elevem à condição de iguais em nossas relações humanas. O dia internacional contra a exploração da mulher representa um dia de luta contra os abusos sofridos pelas mulheres do mundo e contra as desigualdades de oportunidades e de tratamento. No entanto, representa ainda mais a luta por uma humanidade mais inclusiva e menos violenta.